

Prezado(a) Senhor(a),

A **CTIS TECNOLOGIA S.A**, sediada na Q SCS Quadra 8 Bloco B Lotes 50/60, nº 50 – Edifício Venâncio 2000 Loja 14 SUBSL 2 – Asa Sul - Brasília/DF, CNPJ **01.644.731.0001/32**, vem por meio deste, encaminhar o arquivo contendo questionamentos referente ao **Pregão Eletrônico nº 29/2021**, cujo objeto se refere a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC e execução de tarefas de demanda não rotineiras do Tribunal da Regional Eleitoral da Bahia.

Por gentileza, acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Brasília/DF, 21 de setembro de 2021.

AO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DA BAHIA

Ref.: Pregão Eletrônico N° 29/2021

Prezados senhores,

A **CTIS TECNOLOGIA S.A.**, sediada na Q SCS Quadra 8 Bloco B Lotes 50/60, nº 50 – Edifício Venâncio 2000 Loja 14 SUBSL 2 – Asa Sul - Brasília/DF, CNPJ **01.644.731.0001/32**, nos autos do Pregão em epígrafe, vem a V. Sa., solicitar os seguintes questionamentos conforme detalhamento abaixo:

Questionamento 13:

Em relação ao Item 11.1.7.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL:

De acordo com o TCU ACÓRDÃO 1396/2012 – PLENÁRIO, não é válido exigir que as licitantes apresentem relação nominal dos membros que compõem a equipe, nem que comprovem o vínculo profissional entre eles, bastando, na fase de habilitação, a apresentação de declaração formal do próprio licitante de que dispõe do pessoal técnico adequado para atender as condições do edital e executar regularmente o objeto, o que deverá ser efetivamente comprovado pela empresa vencedora da licitação na assinatura do contrato.

Entendemos que essa exigência não será um requisito de habilitação e sim para assinatura de contrato, está correto nosso entendimento?